


**SONHOS SOB A VIOLÊNCIA DE ESTADO: EFEITOS PSÍQUICOS DA NECROPOLÍTICA
EM TRÊS NARRATIVAS ONÍRICAS DE MULHERES**

**DREAMS UNDER STATE VIOLENCE: PSYCHIC EFFECTS OF NECROPOLITICS IN
THREE WOMEN'S DREAM NARRATIVES**

**SUEÑOS BAJO LA VIOLENCIA DEL ESTADO: EFECTOS PSÍQUICOS DE LA
NECROPOLÍTICA EN TRES RELATOS ONÍRICOS DE MUJERES**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-305>

Data de submissão: 29/11/2025

Data de publicação: 29/12/2025

Julia Tocalino Morabito

Mestre do Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: j.morabito@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8547-6603>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2229307977420587>

Beatriz Vieira de Castro Ferreira

Psicóloga

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: castro.beatriz@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1945-243X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8765422844214935>

Suellen Couss

Psicóloga

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: suellen.couss@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4319-6168>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0813844100400706>

Jaquelina Imbrizi

Doutora em Educação e Professora Titular

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

E-mail: jaquelina.imbrizi@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0950-6174>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8682215618761531>

RESUMO

Neste artigo discutimos os efeitos psíquicos da violência policial brasileira a partir da análise de três sonhos narrados por mulheres afetadas por essa realidade: uma estagiária participante da coordenação de um dispositivo grupal em psicanálise, uma mãe que perdeu o filho para a brutalidade policial e uma analisante que enfrenta o luto pelo pai (ex-policial envolvido em operações letais). Apresentamos dispositivos grupais e individuais de escuta de sonhos desenvolvidos a partir de uma pesquisa de mestrado e de uma situação clínica em consultório particular, em que as mães e uma filha enlutadas e a universitária puderam usufruir de um espaço no qual o medo, a angústia e indignação puderam

ser nomeados e compartilhados. Discutimos como a escuta dos sonhos opera como via de trabalho do trauma, do luto e da construção de um espaço de partilha de experiências entre mulheres que se indignam diante da violência do Estado. Os sonhos analisados evidenciam que a violência policial atinge mães, filhas e profissionais da psicologia, assinalando a magnitude desse fenômeno social. Destaca-se a importância de dispositivos clínico-políticos na escuta dessas pessoas, de modo a possibilitar a elaboração do luto e do trauma, especialmente frente à negação social do valor das vidas perdidas. Assim, defendemos a ampliação dessas estratégias de escuta tanto para mulheres quanto para homens afetados pela necropolítica.

Palavras-chave: Sonhos. Escuta Clínico-Política. Violência Policial. Luto. Trauma.

ABSTRACT

In this article, we discuss the psychological effects of police violence in Brazil based on the analysis of three dreams narrated by women affected by this reality: an intern who participates in the coordination of a psychoanalytic group device, a mother who lost her son to police brutality, and an analysand who is mourning her father (a former police officer involved in lethal operations). We present group and individual dream listening programs developed from a master's thesis and a clinical situation in a private practice, in which the grieving mothers and daughter and the university student were able to benefit from a space in which fear, anguish, and indignation could be named and shared. We discuss how dream listening operates as a way of working through trauma, grief, and building a space for sharing experiences among women who are outraged by state violence. The dreams analyzed show that police violence affects mothers, daughters, and psychology professionals, highlighting the magnitude of this social phenomenon. The importance of clinical-political devices in listening to these people is highlighted, in order to enable the elaboration of grief and trauma, especially in the face of social denial of the value of lost lives. Therefore, we advocate the expansion of these listening strategies for both women and men affected by necropolitics.

Keywords: Dreams. Clinical-Political Listening. Police Violence. Grief. Trauma.

RESUMEN

En este artículo discutimos los efectos psíquicos de la violencia policial brasileña a partir del análisis de tres sueños narrados por mujeres afectadas por esta realidad: una pasante que participa en la coordinación de un dispositivo grupal en psicoanálisis, una madre que perdió a su hijo por la brutalidad policial y una analizante que enfrenta el duelo por su padre (un ex policía involucrado en operaciones letales). Presentamos dispositivos grupales e individuales de escucha de sueños desarrollados a partir de una investigación de maestría y de una situación clínica en un consultorio privado, en los que las madres y una hija en duelo y la universitaria pudieron disponer de un espacio en el que el miedo, la angustia y la indignación pudieron ser nombrados y compartidos. Discutimos cómo la escucha de los sueños funciona como vía de trabajo del trauma, del duelo y de la construcción de un espacio de intercambio de experiencias entre mujeres que se indignan ante la violencia del Estado. Los sueños analizados evidencian que la violencia policial afecta a madres, hijas y profesionales de la psicología, lo que pone de manifiesto la magnitud de este fenómeno social. Se destaca la importancia de los dispositivos clínico-políticos en la escucha de estas personas, a fin de permitir la elaboración del duelo y del trauma, especialmente ante la negación social del valor de las vidas perdidas. Por lo tanto, defendemos la ampliación de estas estrategias de escucha tanto para las mujeres como para los hombres afectados por la necropolítica.

Palabras clave: Sueños. Escucha Clínico-Política. Violencia Policial. Duelo. Trauma.

1 INTRODUÇÃO

As mortes causadas por policiais no Brasil constituem um problema atual, histórico e que não é passível de ser compreendido sem resgatar o caráter racista, colonial e escravocrata do capitalismo brasileiro. Em 2025, o Rio de Janeiro sofreu uma megaoperação policial que deixou mais de 120 mortos, a mais letal da história do Brasil (Saldanha, 2025) e preocupamo-nos com os impactos psíquicos e sociais desta necropolítica que tem alvo certo: jovens, negros, pobres e periféricos. Para Gabriel Feltran – estudioso da violência urbana no Brasil a partir do conflito entre o Estado e o crime organizado – esta e outras operações fazem parte de um projeto totalitário de extrema direita (Fontenelle, 2025). A psicanálise deve se fazer presente na escuta clínico-política (Rosa, 2016) dos diferentes sujeitos que são atravessados por esse grave problema social, não deixando de alertar para os impactos afetivos nos corpos dos profissionais da área da psicologia que se dispõem a trabalhar em situações sociais críticas as quais são negadas pela maioria da população se transformando em não-ditos que latejam em nossas consciências pequeno burguesas.

Somos palco, então, de “um tipo de extermínio muito bem direcionado contra um perfil econômico, etário e étnico-racial específico e delimitado” financiado pelo Estado (Imbrizi; Martins; Reghin; Pinto; Arruda, 2019, p. 166). Segundo Gama (2025), em 2024, as mortes promovidas por policiais em serviço do Estado de São Paulo cresceram 84% em relação ao ano anterior, enquanto os óbitos promovidos por policiais de folga subiram 42%. Dessas mortes, 60% das vítimas eram jovens entre 18 e 39 anos, e 62,9% eram pessoas negras (Gama, 2025). A maioria dessas vítimas, além de ser negra e jovem, é do sexo masculino. No contexto nacional a realidade não é diferente. Em 2024, os policiais brasileiros mataram 2.676 pessoas – o que é mais do que a totalidade de 15 países do G20 somados –, sendo que, proporcionalmente, os policiais brasileiros matam 36 vezes mais do que a média dos agentes das outras nações (Boas; Alleoni, 2024).

A violência de Estado no Brasil tem levado, recorrentemente, o país a se ver no triste pódium das nações campeãs em polícias mais mortais do mundo. Mesmo em meio à naturalização dessa violência perpetrada por parte da sociedade brasileira, que se silencia diante dessas mortes, há resistência em diversas regiões do país advindas de movimentos sociais compostos majoritariamente por mulheres, especialmente mães, que perderam seus filhos para a violência policial, como também dos pesquisadores vinculados às universidades públicas e de jornalistas que se indignam com tal situação. Entre eles podemos citar Mães de Maio, Mães de Manguinhos, Mães do Curió, Mães da Maré, Mães em Luto da Zona Leste, Mães Mogianas e vários outros, muitas delas participam como pesquisadoras remuneradas em projetos das universidades. Cabe destacar o livro “Mães em Luta” (Gonçalves; Ribeiro; Silva; Rodrigues; Souza, Antonio, Silva, 2022), escrito por sete mulheres que

perderam seus filhos para a violência policial e que contou com o apoio de Cristina Vicentin e Cláudia Trigo. Na área de jornalismo podemos citar o trabalho da Ponte Jornalismo (Batistella, 2025).

Podemos afirmar que essa realidade traz consequências diversas para as famílias das pessoas que têm a vida de seus entes queridos interrompidas brutalmente, assim como para as famílias dos policiais, imersos neste contexto de trabalho violento (Aguiar, 2021; Alencar, 2011). A despeito disso, ao mesmo tempo que observamos como a polícia brasileira é altamente letal e o perfil das vítimas costuma ser o de jovens negros periféricos, os policiais brasileiros também morrem em grande quantidade e padecem de condições de trabalho insalubres. O que evidencia que essa forma de violência do Estado, que alveja corpos de jovens negros do sexo masculino, funcionando como manutenção do racismo estrutural e da concentração de renda no país, também ressoa sob seus agentes. Em 2023, a taxa de suicídios de policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% e foi o que mais matou PMs naquele ano, conforme o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2024. No Brasil, os policiais estão submetidos a extensas jornadas de trabalho, pressões institucionais e exposição constante a situações de violência, frequentemente sob a hipótese de serem feridos ou mesmo de perder a vida. Ao mesmo tempo, espera-se que sustentem uma imagem de invencibilidade heroica em meio a um trabalho marcado pelo cansaço, precarização e elevado potencial de adoecimento (Messina Alvim, 2025; Miranda; Guimarães, 2012; Silva; Bueno, 2017).

Portanto, de um lado observamos a maioria de mortes violentas contra jovens negros, pobres e periféricos sendo promovida por policiais que representam o Estado brasileiro; e do outro nos deparamos com as condições insalubres do trabalho policial – contexto que, é claro, não isenta as autoridades da responsabilidade diante dos atos de violência que praticam. Enfrentamos aqui uma contradição: aqueles que são formados para proteger a vida da população estão fazendo o oposto, disseminando o medo e a insegurança nas regiões periféricas brasileiras e ameaçando principalmente juventudes em situação de vulnerabilidade social. Esse fenômeno aponta para uma lógica da necropolítica (Mbembe, 2014), na qual determinadas existências – especialmente as de jovens negros periféricos – são desvalorizadas, vistas como ameaçadoras e, finalmente, são eliminadas com o aval, tácito ou explícito, do Estado brasileiro.

Além de interromper brutalmente a trajetória de vida dessas pessoas, a violência estatal deixa rastros profundos de dor e sofrimento nas famílias e comunidades às quais pertenciam. Soma-se a isso o preconceito que recai sobre essas vidas e que justifica seu fim, em conformidade com a lógica da necropolítica vigente – já que essas pessoas são consideradas matáveis (Butler, 2019) e, portanto, descartáveis. Frente a essa realidade, o luto dessas famílias não pode ser vivido e afirmado como uma

experiência singular, mas sim coletiva, pois se articula com as condições de injustiças nas quais os assassinatos aconteceram.

É nesse cenário que se insere o trabalho da primeira autora deste artigo, que em seu projeto de mestrado, intitulado “*Sonhos interrompidos e a elaboração coletiva do luto de mães que perderam seus filhos para a violência policial*” (Morabito, 2024), coordenou um dispositivo grupal em psicanálise em que os sonhos eram utilizados como mediadores na escuta e elaboração do luto. Essa experiência, aliada à escuta clínica em consultório, em que atendeu a filha de um ex-policial brutalmente assassinado, serve de base para as reflexões que este artigo pretende desenvolver.

Portanto, no presente artigo temos interesse em olhar para as consequências psíquicas dessas violências e como elas surgem nos sonhos dos familiares das vítimas e das pesquisadoras. O nosso objetivo é o de discutir os efeitos psíquicos da violência policial em três mulheres que narraram, cada uma, um sonho, sendo elas: 1) uma estagiária, que é a segunda autora deste artigo e que dava suporte na coordenação do grupo oferecido na pesquisa de mestrado da primeira autora; 2) uma mulher, participante do dispositivo grupal de escuta de sonhos, que perdeu violentamente seu filho pela truculência da polícia; 3) uma analisante, atendida pela primeira autora, que teve seu pai, ex-policial, assassinado brutalmente e que precisa arcar com a difícil tarefa de iniciar e elaborar seu luto. Para tanto, iremos apresentar o contexto da pesquisa de mestrado e a trajetória da analisante em atendimento clínico de modo a discutir os três sonhos.

2 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA DE MESTRADO

A pesquisa de mestrado dedicou-se à escuta dos sonhos das mães dos jovens vítimas da violência policial. Foi ofertado um dispositivo grupal em psicanálise, conduzido na modalidade online, buscando a inclusão de pessoas de todo o Brasil, que teve início em julho de 2021 e se estendeu até abril de 2023. Como apoio na condução do grupo, contou com a presença de duas estagiárias do curso de Psicologia e a orientadora da pesquisa – que também atuou como supervisora das atividades grupais – vinculadas à Universidade Federal de São Paulo – *Campus Baixada Santista*. Vale ressaltar que o grupo teve início durante a pandemia de Covid-19, período de emergência de diversos espaços de partilha e pesquisas sobre sonhos, trauma e luto desenvolvidas em diferentes universidades do país, mas a dissertação de mestrado aqui em foco apresentava um desafio ainda maior: como elaborar o luto diante da morte violenta, do desamparo representado pelo fato de que os violentadores são agentes do Estado – aqueles cuja função seria a de proteger a população. Outro agravante é que estas mortes são acompanhadas por discursos calcados em um desmentido social (Canavêz; Verztman, 2021) que vinculam os jovens assassinados às pechas de bandido e que mereciam a morte, referente

ao slogan dos conservadores: “bandido bom é bandido morto” e que não questionam o histórico da trajetória de vida das juventudes.

Trata-se da proposta de um dispositivo grupal que tem como objeto mediador as narrativas dos sonhos dessas mulheres, apostando que essa partilha contribuiria para a elaboração coletiva e singular do luto e para a promoção de um espaço de escuta de pessoas em situações sociais críticas e em desamparo discursivo (Rosa, 2016). O destaque estava para a função do sonho não tanto como realização de desejos sexuais infantis deformados (Freud, 1900/2019), mas como tentativa de elaborar acontecimentos experienciados como traumáticos (Ferenczi, 1934/2011), muitas vezes, permeados de impressões da vida cotidiana que buscam expressão e resolução. O sonho, visto assim, abre espaços para a repetição, mas também para a criatividade e a cura. Repetindo, o sonhante muda de posição de uma passiva para uma mais ativa diante do acontecimento e esse movimento pode contribuir para diminuir o impacto dos excessos daquilo que tomou o sujeito de surpresa. Kaës (2004) dá prosseguimento a esses pressupostos ferenczianos e se interessa por sonhos compartilhados em situação grupal. Em grupalidade, as angústias e os desejos não são experimentados na solidão do sujeito fechado em si mesmo, mas se abrem também para o que é comum aos participantes, sejam as condições sociopolíticas, sejam as possibilidades de superá-las.

Na literatura ferencziana, o trauma é compreendido em dois tempos: primeiro, o choque, quando o sujeito se depara com o acontecimento traumático; em seguida, o desmentido, que ocorre quando o outro desautoriza ou não reconhece o que foi vivido. Ferenczi (1933/2025) explica essa dinâmica a partir da violência sexual infantil, destacando a diferença entre a linguagem da criança e a linguagem do adulto, essa capaz de seduzir a criança e confundi-la. O trauma torna-se desestruturante quando, após o choque, a criança procura um testemunho, mas recebe incompreensão e punição daqueles que deveriam lhe proteger. Ou seja, um adulto de confiança a desautorizou, desmentindo sua vivência de abuso e violência, produzindo confusão e a perda de si.

Muitas mulheres que perderam filhos para a violência policial vivem um processo traumático semelhante: além do choque da perda, enfrentam o desmentido social (Canavêz; Verztman, 2021). Esse desmentido aparece sob a forma de legitimação do homicídio, como a suposição de que “se a polícia matou, algo de errado o jovem havia feito”, do impedimento de que elas tenham acesso a situação na qual a morte aconteceu e os responsáveis sejam punidos e do silêncio de grande parte da sociedade diante dessas vidas, desvalorizadas. Antes de adentrarem num quadro melancólico no lugar do luto – que pode surgir meses ou anos após a perda, especialmente quando há o desaparecimento do corpo, ausência de justiça e/ou impunidade dos agentes – essas mães vivenciam essa experiência traumática. Trauma e melancolia, embora possam se relacionar, são experiências distintas, com

determinações múltiplas, e é fundamental reconhecer que o trauma frequentemente antecede a instalação da melancolia nessas mulheres. A partir daí temos, de um lado, mães que tentam “limpar” o nome de seus filhos de modo a reivindicar as vidas deles e as suas próprias como dignas, e do outro a situação da analisante, que arca com a tarefa de ter que reconhecer que seu pai não deve ser reduzido a um monstro e também foi atravessado pela violência que se produz mediante uma guerra do Estado contra jovens periféricos.

Enquanto estratégia de escuta coletiva de mulheres que perderam seus filhos em decorrência da violência policial no Brasil, já existem dispositivos psicanalíticos desenvolvidos que potencializam o trabalho de luto (Morabito, 2024); destacando-se que o silenciamento e a recusa coletiva – muito presentes no tecido social brasileiro – em reconhecer como perda a morte de jovens produzida por policiais – geram impedimento para o luto daquelas e daqueles que os amavam (Alencar, 2011).

Essas iniciativas se posicionam contra os desmentidos sociais produzidos pelo evento experienciado como traumático pelas mães, pois elas estavam entre duas mortes: uma morte real e uma morte simbólica – essa segunda em função de parte da sociedade justificar e legitimar a morte violenta dos filhos de mulheres periféricas (Alencar, 2011).

2.1 O SONHO DA ESTAGIÁRIA

As atividades on-line eram coordenadas por uma equipe de três universitárias (uma pesquisadora de mestrado e duas estagiárias da graduação de Psicologia) e após os encontros contavam com a supervisão da orientadora da pesquisa. Durante as atividades de planejamento, as integrantes da equipe compartilharam sonhos despertados pela expectativa do como seria a pesquisa e é no corpo destas mulheres que se manifestam afetos diante do aumento da violência direcionada à população jovem brasileira: a sensação de ameaça, a vergonha diante do abismo das desigualdades sociais, a culpa e o medo da perda dos privilégios, a impotência diante do aumento dos abusos dos policiais etc. Foi possível perceber que os sonhos atuaram como disparadores das angústias que se apresentaram diante da proposta de escutar as narrativas oníricas dessas mães, a dimensão sociopolítica de seus sofrimentos (Rosa, 2016) e o desejo de acolhê-las. Destacamos aqui um desses sonhos, produzido por uma das estagiárias, no dia 11 de julho de 2021, quatro dias antes do início das rodas de sonhos:

2.1.1 Título do sonho: Pietá

Nesse sonho eu estou em uma universidade. Eu nunca vi aquele lugar antes, mas eu aparentemente sei que é uma universidade pública e eu estudo lá. O ambiente está muito caótico e há pessoas passando por todos os lados. A cena corta e eu estou em um banheiro cheio, com várias meninas em frente ao espelho. Alguém entra no banheiro arrastando um

*corpo. Descubro que é uma colega que carrega uma amiga próxima minha, a Beatriz. Ela se senta em um banco que há no banheiro com a Beatriz no colo dela e as duas estão com hematomas no olho. A posição em que elas estão é muito semelhante à posição da estátua Pietá. Eu olho para Beatriz que está desacordada, meu primeiro pensamento é que ela está morta. Eu começo a me desesperar; **precisava fazer alguma coisa**, não podia deixá-la morrer; precisava acordá-la. Eu começo a dar tapas leves no rosto dela, jogo um pouco de água também, até ela começar a responder e eu fico aliviada. Nisso tudo a amiga que a segura no colo está completamente paralisada. Eu pergunto o que aconteceu, e ela respondeu que estavam apresentando um trabalho, uma espécie de experimento com dois tubinhos de tinta (azul e vermelha) em uma plataforma. Nesse experimento, as tintas espirraram em outras pessoas, que ficaram furiosas e bateram em ambas por causa disso. Acho que foram somente homens que as agrediram e penso neles como figuras “conservadoras”.*

Consideramos que o sonho apresenta como tema central uma narrativa na qual **mulheres estão reunidas para produzir algo** dentro de uma universidade pública, e se veem ameaçadas e atacadas por **figuras masculinas**. No sonho, o produto do trabalho é rejeitado. As tintas que “espirram” nos participantes podem ser pensadas tanto como o impacto social de nosso trabalho e também como os efeitos de todas as pesquisas de universidades públicas, principalmente de projetos que procuram escutar os gritos advindos dos sofrimentos produzidos pela violência do Estado. Há também a hipótese de que tinta é diferente de sangue e que a violência no sonho é amenizada. De outro lado, nem as estagiárias e a comunidade acadêmica estão ilesas à violência que acontece na sociedade e o sonho já antecipava o tipo de afeto que iria permear as supervisões das atividades grupais, a sensação de ameaça revelando que ninguém sai ileso ao trabalhar com o tema da violência e morte.

O sonho é feito de impressões – a impotência e a paralisia diante do encontro com as situações de violência – que são contrapostas à palavra de ordem figurada na narrativa onírica “eu precisava fazer alguma coisa, não podia deixá-la morrer”. O sonho visa a elaborar as impressões traumáticas advindas de uma angústia de morte, tanto a da sonhante quanto a dos jovens periféricos misturados no cenário onírico com a imagem da estudante Beatriz, que também é o nome da sonhante. Por último, a imagem da Pietá retoma o sofrimento de todas as mães que perderam seus filhos para a violência policial. Portanto, por mais que tentemos negar, ninguém sai ileso da violência policial.

2.2 DISPOSITIVO GRUPAL E O SONHO DE DAIANE¹

Os encontros com as mães ocorriam duas vezes por semana em períodos diferentes, de forma que as integrantes poderiam optar pelo horário mais conveniente para a participação. A presença era opcional e as formações grupais eram variáveis.

Após as apresentações das participantes, as coordenadoras do grupo questionavam como eram os sonhos dessas mães; a partir dessa pergunta disparadora, o encontro seguia caminhos diversos,

¹ Nome fictício.

abordando a trajetória das participantes, de seus filhos, de suas famílias, suas relações com os diferentes territórios de moradia, suas reflexões sobre seus sonhos, suas vivências, medos e sofrimentos em comum. Em alguns encontros, as mães-sonhantes chegavam até mesmo a acolher outras mães que passavam por sofrimentos semelhantes, e mulheres enlutadas há mais tempo ofereciam sua experiência para participantes que sofriam de uma perda recente, enfatizando a importância do dispositivo grupal no processo de luto das integrantes. Podemos afirmar que neste ponto está presente a possibilidade de elaboração coletiva do luto ofertado pelo dispositivo grupal, elas aprendem a compartilhar e exercitar a ajuda mútua. Como afirma Kaes (2004), o sonho contado em grupo se transforma em propriedade de todos e instala-se uma partilha do comum entre as participantes. A dor solitária e indizível se transforma em palavras, impressões e companhia na dor.

Destacamos aqui o sonho de Daiane, que havia perdido seu filho um ano antes de nossos encontros. A escolha desta narrativa onírica ocorreu por retratar bem os papéis de mãe e filha da sonhante, figurando a sua própria mãe no sonho e, assim, ressaltando as transmissões intergeracionais dos modos de cuidado materno.

2.2.1 Título do sonho: O que podem mães diante das tempestades?

Sonhei que estava tendo um furacão, um dilúvio, ele [o filho] voava pelo céu, todo mundo indo, voando, e eu ficava num cantinho da casa. Tinha desabado tudo, o telhado voou, eu gritava desesperada e ele estava indo embora, como se fosse um papagaio. A mamãe [mãe da sonhante] aparecia, a gente ficava embaixo de uma telha e ela me protegia. Eu chorava muito e ela sumiu. Eu o vi sumindo, todo mundo indo embora. Eu tentava pegar ele pela perna, eu via o rosto dele indo pelas nuvens. Eu olhei para o rosto da minha mãe e ela estava chorando. Nesse sonho, eu acordei chorando, cansada. Tive que ir à cozinha beber água. Foi incrível esse sonho, tive ele antes do meu filho partir, minha família achou surpreendente.

Daiane é uma mulher branca com traços indígenas, pobre e residente de Manaus que perdeu o filho mais velho para a violência policial e que, desde então, parou de trabalhar, pois, em suas palavras: “não consigo mais”. O filho de Daiane foi atropelado por uma viatura policial que circulava em alta velocidade pelo bairro. A policial motorista responsável era conhecida na região por sua direção imprudente e os moradores do local cogitavam a possibilidade de um acidente ocorrer eventualmente. Muitos dos sonhos dessa integrante abordaram a perda de entes queridos, inclusive a morte de sua mãe ocorrida uma semana antes da morte do filho.

Em menos de um ano, Daiane perdeu seu lugar de filha e um de seus filhos, e encontrava-se muito fragilizada e angustiada. Os elementos “furacão”, “dilúvio” e “desabamento” da casa nos remetem aos aspectos sociais do local periférico de onde a família morava, sempre sujeito a inundações e à intensa desestruturação sofrida por essa mulher diante da perda de sua mãe e da possibilidade da perda de seu filho, que já antevia e temia. Em vários encontros, Daiane dizia que sua

vida havia acabado junto com a vida de seu filho. Muitas dessas mães trazem uma culpa relacionada à fantasia de que elas não puderam proteger os seus filhos das dificuldades financeiras e da violência policial, interpretando o momento traumático através das lentes de uma falha individual, desconsiderando o papel do Estado. A imagem no sonho de que todos vão embora também pode nos remeter aos gritos dessas mães que como gritos-mudos não são escutados pela sociedade e, muitas vezes, só recebem indiferença à sua volta. As discussões nos grupos visam a desconstruir essa fantasia das mães, escutá-las, ajudar na nomeação do horror experimentado e dos responsáveis pela violência, como também construir estratégias para puni-los e ainda encontrar alguma vitalidade para continuar usufruindo de alguma beleza da existência a despeito do luto.

De um ponto de vista psicanalítico, a elaboração do luto é possível mediante o reconhecimento do objeto de amor perdido. Freud (1917) descreve o luto como um processo de trabalho psíquico que envolve o desligamento dos laços libidinais que atrelam o sujeito ao seu objeto de amor. Para isso, é necessário que o enlutado reconheça na realidade a perda, processo complexo e doloroso e que, nas circunstâncias violentas das mortes dos jovens aqui discutidas, conta com a negação da perda sofrida ao contrário do reconhecimento da mesma. São condições sociopolíticas que impedem a elaboração do luto e se ela não acontece, corre-se o risco de entrar em uma posição melancólica.

Evocamos aqui às contribuições de Butler (2016) no que diz respeito à possibilidade ou impossibilidade do luto de determinadas vidas. Segundo a autora, existem condições normativas que definem a noção dos “sujeitos” que são ou não reconhecíveis como a de vidas dignas que valem a pena ser vividas, que têm o direito de ir e vir e de exercitarem a cidadania, de usufruir dos bens culturais e materiais construídos pela humanidade. As operações que realizam essas decisões são operações de poder e a ideia de que a “vida” é constituída por meios seletivos. Os sujeitos estão expostos a normas e formas sociais e políticas que, quando reproduzidas, os qualificam como vidas reconhecidas plenamente ou não.

[...] uma vida específica não pode ser considerada pesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadres epistemológicos, então essas vidas nunca serão nem vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (Butler, 2016, p. 12).

Uma vida não merecedora de luto é uma vida que nunca foi reconhecida como vida plena, e o valor da existência desses jovens, em sua maioria pretos e periféricos, era colocado em questão antes mesmo de suas mortes. Segundo Alencar (2011), a realidade dá provas de que não houve perda

quando se trata da morte de jovens moradores das periferias; suas mortes são negadas e, com isso, também seu pertencimento humano:

O tratamento dado pelas instituições de segurança pública a determinadas mortes nega aos familiares reconhecimento de que houve perda. São mortes postas fora dos laços sociais, incluindo aí os religiosos. Nestas condições, em nome de quê ou de quem atribuir a morte? A situação que se apresenta é de desamparo social e discursivo [...]. Estes aspectos compõem a experiência de luto em situação de violência. Para a morte de entes queridos é negado pertencimento humano: isto escutam de uma mãe que define a cena em que encontra o filho morto em uma condição que o assemelha a um cachorro. Condição e imagem insuportáveis. (Alencar, 2011, p. 4).

A posição precária que esses sujeitos ocupam no laço social devido à ausência do Estado ao não oferecer acesso à cultura, educação e alimentação adequada; ao preconceito de classe, raça e outras formas de exclusão, produzem complicações adicionais ao processo de luto, negando às famílias o direito de prantear e reconhecer plenamente essa perda. As mortes evocadas no grupo carregavam marcas de violência extrema e, frequentemente, a impossibilidade da despedida: corpos desfigurados que exigiam o fechamento dos caixões ou, ainda, o desaparecimento completo dos corpos.

No caso de Daiane, os policiais tentaram ocultar o corpo de seu filho, que foi arrastado, nas palavras dela, “como um boneco”. Segundo ela, “juntaram meu filho feito um boneco e ele agonizou até a morte. Sentaram ele pela camisa igual um *bicho*”. A alteração da cena do crime, que Daiane afirma que os policiais tentaram fazer não só para ficarem impunes, mas também para incriminar seu filho, não foi possível porque o pai do jovem, bem como vizinhos, chegaram a tempo, “enquanto eles ainda moviam o corpo dele”.

“Igual um bicho” é a forma que Daiane descreve o jeito violento, desumanizador, irresponsável e indiferente como os policiais trataram seu filho, que, além de ter sido atropelado, não teve direito a primeiros socorros. Nenhum ser vivo deve ser tratado dessa forma – e isso inclui animais e outros seres sencientes.

Achille Mbembe (2014) nos ajuda a entender esse jovem tratado como bicho quando diz que o negro, humilhado e profundamente desonrado, é o único humano cuja carne foi transformada em coisa e seu espírito transformado em mercadoria.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO CLÍNICO DE ISMÊNIA

Ismênia é uma mulher de 28 anos, de classe média baixa, professora de escola da rede pública de ensino e que faz análise há aproximadamente quatro anos. Desde criança ela relata sonhar com violência, o que associa ao pai, então policial militar da ROTA. A maior parte dos seus sonhos de

infância envolviam o pai surgindo em casa ferido, sendo baleado, sendo morto e a propriedade familiar sendo invadida por criminosos com a intenção de encontrá-lo. Nos mesmos sonhos Ismênia tinha que correr e se esconder com sua mãe, irmã, quem mais estivesse presente ou mesmo sozinha. Tais produções oníricas tinham em comum 1) situações violentas quase sempre envolvendo o pai como alvo, 2) a analisante e, às vezes, as demais mulheres da família também (como irmã, mãe, avó e tia), sentindo medo, tendo que se refugiar, e 3) a residência familiar como cenário. O livre associar sobre esses sonhos em situação de análise permitiu com que a analisante pudesse falar sobre a violência presente no trabalho do pai, sobre o envolvimento do mesmo em operações policiais que produziam mortes e poderiam ter retaliações, sobre sua participação em crimes e como tudo isso, mesmo durante sua infância e sem que ela pudesse compreender muito bem o que significavam essas coisas, a afetavam e, assim, produziram muito conteúdo onírico.

Sonhos semelhantes continuaram a acompanhar Ismênia mesmo após a aposentadoria formal do pai como policial. Segundo ela, “Ele nunca se desligou de fato da corporação”, pois manteve vínculos com os colegas e seguiu se envolvendo em ações criminosas.

A analisante relata que, embora os pais tentassem disfarçar e esconder, sempre soube da presença de muitas armas de fogo em casa e conhecia alguns dos esconderijos. Isso a fazia temer não apenas pela vida do pai, mas também pela segurança de toda a família, afinal “se tinha arma, meu pai tinha que nos proteger de alguém”.

Um dia Ismênia precisou desmarcar uma de suas sessões justificando que seu pai e um amigo dele haviam desaparecido. Por esse motivo, ela viajaria para estar com sua família e tentar localizá-los. Ao retomar os atendimentos semanas depois, a analisante contou que em seguida ao desaparecimento, dois corpos foram encontrados carbonizados dentro do carro da família da Ismênia. O veículo estava em chamas em uma outra cidade e foi localizado por um morador da região que chamou a Polícia Civil. Nele os agentes encontraram pertences pessoais e o corpo do pai de Ismênia, identificado pelos familiares, bem como via exame de arcada dentária na perícia do Instituto Médico Legal (IML).

A analisante chegou a alertar o pai alguns dias antes de seu falecimento de que ele se envolvia com frequência em situações perigosas. Após seu falecimento, amigos do pai vieram dizer a ela que ele vinha se colocando em várias circunstâncias perigosas e violentas nos últimos meses, ao que ela associou a alguns comportamentos recentes do pai que a faziam desconfiar que ele estaria com problemas de saúde física e mental, mas que em vez de procurar ajuda médica passou a se colocar em situações de risco.

Ao ver a mãe e a irmã muito impactadas com o assassinato de seu pai, Ismênia passou a sonhar mais, mas também passou a contar com a figura de seu pai, dos seus pertences pessoais (entre eles, os que foram localizados no carro) ou informações a respeito dele chegando através de terceiros em seus sonhos. Gradativamente, a analisante, que até então trazia um discurso muito descritivo sobre os acontecimentos nas sessões, passou a chorar a morte de seu pai, falar sobre sua perda e como foi ter o pai arrancado sob essa condição violenta e repentina. Nove meses após o assassinato, Ismênia narrou ter “parido”, entre outras várias produções oníricas, o seguinte sonho:

3.1 O SONHO DE ISMÊNIA

3.1.1 Título do sonho: O Lobo em pele de Cordeiro

Eu via um homem, sem rosto, mas tinha uma familiaridade na figura dele. Ele estava sentado a uma mesa, comendo um pedaço grande de carne, que eu sabia que era de cordeiro. Ele se sujava enquanto comia, derrubando sujeira na camiseta.

Ao lado do prato de cordeiro tinha uma arma, e do outro lado do prato uma carta (como se fosse o formato de um cartão postal), inteira em preto.

Acordei no meio da noite, despertando desse sonho, e mandei as seguintes mensagens para mim mesma: Cartão preto, armas, cordeiro, lobo e justo.

Durante duas sessões Ismênia se dedicou a falar sobre este sonho. Este homem, sem rosto, porém familiar, foi trazido primeiramente como o assassino do pai. Em um segundo momento ele foi visto como uma representação de seu próprio pai, que, inclusive, tinha muitas camisetas manchadas, já que costumava comer alimentos gordurosos e derrubá-los na sua roupa. Esse homem familiar do sonho, portanto, remete para a analisante tanto ao assassino quanto ao seu pai, ambivalência que ela sempre reconheceu nele. “Para mim ele é meu pai, mas ele foi um assassino para muitas pessoas”. Portanto, essa figura era ambígua e, de certo modo, suja, assim como as camisetas do pai e a corporação policial brasileira.

Inicialmente ela interpretou o cordeiro como representação de seu pai morto. Em um segundo momento, associou o cordeiro à sua família, inocente e que agora tinha que arcar com o difícil trabalho de elaborar a ausência de um pai e esposo. E, por fim, num terceiro momento pensou no cordeiro como uma representação das pessoas para quem seu pai fez mal e assassinou, já que ele cometeu crimes e matou outros indivíduos, “cujas famílias sentiram o que nós estamos sentindo agora”.

Assim, o pai não era só cordeiro, mas lobo também, o que serve de metáfora para a instituição policial em si, que no Brasil representa institucionalmente segurança. Porém, no seu exercício prático também representa violência. A mesma polícia para quem ligamos quando um crime acontece é uma das polícias que mais mata no mundo e essa dualidade é intrínseca a essa instituição, que não pode

ser pensada sem que isso seja considerado. E aqui a analisante pensa na palavra “justo”, que escreveu para si mesma durante a noite. “De certo modo foi justo que meu pai, que matou tanta gente de forma violenta, morresse assim também”.

Portanto, a experiência de ser filha de um policial é descrita por Ismênia como algo que a obrigou a ter que lidar com afetos difíceis desde muito nova, gerando a sensação de que teve que amadurecer logo.

Como se vê, o contato com a violência, o medo de perder o pai e a percepção de que sua família não estava segura afetou Ismênia desde pequena, evidenciando como o trabalho na polícia brasileira ressoa não somente nos indivíduos que ali são empregados, mas também em suas famílias, incluindo seus(as) filho/as pequenos/as.

4 DISCUSSÃO

O trabalho com o sonho dessas mães permitiu a construção de um amplo acervo de eventos violentos experimentados como traumáticos que escancaram a perseguição sofrida pelas juventudes brasileiras marginalizadas e suas famílias, sofrimentos estes que são indissociáveis da realidade brasileira. Elaborar coletivamente esses sonhos não apenas fez a função de trabalhar simbolicamente o trauma compartilhado, mas também pode ser visto como um gesto político que rompe com o regime de invisibilidade que impede que certas vidas sejam reconhecidas como perdas importantes de uma sociedade.

Assim, no grupo formado por mulheres que perderam seus filhos em circunstâncias de violência policial, o sonho contado em grupo se transforma em propriedade de todas, proporcionando um pertencimento grupal, a crença de que não estão sozinhas em seu luto e podem criar estratégias de superação coletivas. Além disso, há a possibilidade de emergir novos materiais psíquicos, pois a produção onírica e as associações produzidas em grupo são fundamentais para o processo de elaboração da perda e, através da partilha do que há em comum entre essas mães, foi possível abrir espaço para a elaboração coletiva do luto.

O papel da comunidade e dos rituais coletivos nas condições de processamento do luto é ressaltado por Sandra Alencar (2011) ao apresentar em sua tese de doutorado um dispositivo coletivo criado por mães de uma comunidade. Ela organizou junto às mães atendidas no serviço público um cortejo no qual o grupo caminhou, imbuído com flores nas mãos, atravessou avenidas e praças, com o intuito de ritualizar as despedidas e homenagens às pessoas assassinadas. Havia o objetivo de reivindicar o reconhecimento público dos transeuntes sobre as suas dores. Ou seja, um tipo de cortejo

fúnebre coletivo com o intuito de que o ritual de passagem pudesse acontecer, a despeito das ameaças dos policiais e da indiferença do poder público.

Portanto, as dificuldades e (im)possibilidades de elaboração do luto não dizem respeito apenas ao mundo interno do sujeito enlutado, mas estão profundamente articuladas ao contexto da morte, às condições sociais de reconhecimento da pessoa falecida e, em muitos casos, à possibilidade – ou não – de fazer justiça à memória do filho, responsabilizando seus algozes. Como lembra Butler (2019, p. 43), “muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizante”.

Elaborar coletivamente esses lutos, portanto, implica confrontar discursos hegemônicos que negam o valor da vida desses jovens e afirmar a dignidade de existências sistematicamente excluídas e desumanizadas pelo Estado. No dispositivo grupal, foi possível construir e sustentar um lugar de fala no qual as mães puderam contrapor os discursos e atos que desumanizaram seus filhos, reconhecendo simbolicamente o que foi perdido e reescrevendo sentido no rombo discursivo produzido pela brutalidade de suas mortes. Muitas delas conseguem transformar o luto em luta por justiça, tanto para dar dignidade à vida vivida pelo filho e protegê-lo de uma segunda morte, quanto para garantir que os algozes sejam identificados e punidos.

A Ismênia resta lidar com a figura do pai como assassino, já que, segundo ela, seu pai matou muita gente e “era um policial como todos os outros”. Cabe ressaltar, que em uma situação mais privilegiada ela pode usufruir de um atendimento clínico em consultório particular e pode ser acompanhada por uma psicanalista que exercita a escuta clínico-política e não se posiciona de forma neutra diante das violências na contemporaneidade. Foi um trabalho longo que ainda está em processo e que revela a importância de psicanalistas que não recuam diante dos desafios do seu tempo.

Em situação de análise, ela pode se escutar sobre sua trajetória de vida. Embora o pai de Ismênia não tenha se suicidado, ele se colocou em risco ativamente e isso ceifou sua vida, o que deve ser considerado em conjunto com as altas taxas de suicídio de policiais no país. Entrar em luto não foi uma tarefa fácil para a analisante. Além disso, Ismênia se vê numa difícil encruzilhada: humanizar a figura de um pai policial assassinado que também foi agente de violência e morte. Assim, ver o pai como alguém que precisa exercer o papel de algoz produz sentimentos ambivalentes e difíceis de lidar.

A estagiária juntamente com a equipe da pesquisa e em situação de supervisão das atividades teve a oportunidade de compartilhar seu sonho e localizar um peso extra que se impõe na sua vida e em seu corpo, já não é mais possível viver à parte e negar que a violência não acontece. Ela poderia ter desistido da pesquisa, mas o acolhimento do grupo de pesquisadoras deu o suporte necessário para

que ela continuasse o que a faz desenvolver um belíssimo trabalho de acolhimento às mães que hoje se transforma em artigo que denuncia os gritos mudos das mães, filhos e filhas que ninguém quer escutar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à guerra do Estado contra o crime organizado – que, além de ineficiente, acaba por se generalizar a possibilidade de risco de vida para toda a população pobre e marginalizada –, temos os familiares das pessoas assassinadas pela polícia cujas mortes não são publicamente choradas, cuja cena do homicídio é intencionalmente alterada como tentativa de incriminá-lo enquanto ele agoniza e é movido ainda vivo, livrando os policiais da sua responsabilidade. Além dessa situação, temos a filha de um policial que se esforça para humanizá-lo, à medida que ele foi autor de chacinas e outros crimes como o sofrido pelo filho dessa mãe. E finalmente, temos uma estudante de psicologia que pretende garantir que mulheres que perderam seus filhos para a violência policial tenham um espaço de escuta, mas se vê também atravessada por essa violência e precisando se escutar e compartilhar os afetos que são corporificados, evidente quando a violência a invade e se presentifica em seu sonho, também não a deixando imune desse sistema brutal e genocida, como a todos nós.

A polícia brasileira ceifa a vida de diversas pessoas anualmente; e ainda que estejamos falando em maioria de homens, resta às mães, às filhas, às profissionais, bem como uma série de outras mulheres que estão ao redor dos homens envolvidos (tanto os que morrem quanto aqueles que matam), o árduo trabalho de se haver com as consequências dessas mortes forçadas e precoces. Essa mesma instituição se vê com seus agentes adoecidos e é palco de um número significativo de suicídios. Neste artigo tivemos a oportunidade de compartilhar três sonhos e três diferentes experiências de mulheres que, de algum modo, foram atingidas pela violência policial. A experiência de sonhar enquanto possibilidade de elaboração da perda, o compartilhamento e a interpretação dos sonhos, seja na clínica, em situação de supervisão da pesquisa ou num dispositivo grupal, viabilizam importantes associações, facilitam o trabalho de luto e a criação de estratégias de enfrentamento.

Em conformidade com os papéis de gênero, as mulheres são historicamente incumbidas de cuidar e, por ser algo socialmente esperado das mesmas, não enfrentam o mesmo julgamento moral que os homens sofrem por demonstrarem preocupação com quem amam, por compartilharem seus afetos, procurarem ajuda para si ou para o outro. Isso facilita o compartilhamento dos sonhos das mesmas e a procura por ajuda. Assim, é importante estender esforços de escuta para os homens que rodeiam aqueles que são vitimados pela violência do Estado brasileiro, o que inclui aqueles que estão na mira, e também os que pressionam os gatilhos das armas. Portanto, as pesquisadoras, neste artigo,

reforçam a importância da construção de dispositivos de escuta clínico-política, tais como rodas de sonhos, supervisões em grupo, atendimentos individuais e, ainda, a escuta clínico-política não só de mulheres, mas também de homens que são atravessados por essa forma de violência.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. Quando morre um filho, morre também uma mãe: violência de Estado e descolonização. 2021. 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. A experiência do luto em situação de violência: entre duas mortes. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/16919/1/Sandra%20Luzia%20de%20Souza%20Alencar.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- BATISTELLA, Paulo. Rio não evitou avanço das facções com operações policiais e impulsionou milícias. *Ponte Jornalismo*, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://ponte.org/rio-nao-evitou-avanco-de-faccoes-com-operacoes-policiais-e-impulsionou-milicias-diz-estudo/>. Acesso em: 11 dez. 2025 (último acesso).
- BOAS, Pedro Vilas; ALLEONI, Matheus. Policiais brasileiros matam mais do que os de 15 países do G20 somados. *UOL*, São Paulo, p. 1-1, dez. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/12/18/dados-policia-letalidade-g20.htm>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CANAVÊZ, F.; VERZTMAN, J. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Revista de Psicologia*, v.8, 1-21, 2021. Disponível em: [//periodicos.uff.br/ayvu/article/view/49953](http://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/49953). Acesso em: 22 set. 2025.
- FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. 2. ed. In: *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 125-135. (Trabalho original publicado em 1934).
- FERENCZI, S. Confusão de linguagens entre os adultos e a criança: A linguagem da ternura e a linguagem da paixão. *Artes & Ecos*, 2025. (Trabalho original publicado em 1933).
- FONTENELLE, André. Operação no Rio faz parte de projeto totalitário de extrema direita, diz pesquisador da violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 nov. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/11/operacao-no-rio-faz-parte-de-projeto-totalitario-de-extrema-direita-diz-pesquisador-da-violencia.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2025.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 22 set. 2025.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, v. 4. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 170-193. (Trabalho original publicado em 1917).

GAMA, Guilherme. Mortes por policiais em serviço cresceram 84% no ano passado em SP. CNN Brasil, São Paulo, fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/mortes-por-policiais-em-servico-cresceram-84-no-ano-passado-em-sp/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GONÇALVES; RIBEIRO; SILVA et al. Mães em luta. São Paulo: Fábrica de Cânones, 2022.

IMBRIZI, Jaqueline Maria; MARTINS, Eduardo de Carvalho; REGHIN, Marcela Garrido et al. Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, p. 166-172, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29041. Acesso em: 17 out. 2025.

KAËS, R. A polifonia do sonho. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MESSINA ALVIM, Flávio. Caracterização dos óbitos por suicídio dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6836. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6836>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial e as práticas de prevenção no Brasil. Gramado: ABCP, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2674180-O-suicidio-policial-as-politicas-de-prevencao-no-brasil.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MORABITO, Julia Tocalino. Sonhos interrompidos e a elaboração coletiva do luto de mães que perderam seus filhos para a violência policial. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP.

ROSA, Miriam Debieux. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta, 2016.

SALDANHA, Rafael. Megaoperação: comandante contraria Castro e fala que “emboscada foi do CV”. CNN Brasil, p. 22-22. nov. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/megaoperacao-comandante-contraria-castro-e-fala-que-emboscada-foi-do-cv/>. Acesso em: 07 dez. 2025.

SILVA, Marco Antônio da; BUENO, Helen Paula. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. Revista de Ciências Policiais da APMG, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017.